

Investidores preferem o curto prazo

por Ângela Bittencourt
de São Paulo

As operações de compra e venda de títulos privados continuam enfraquecidas. As instituições estão presentes no mercado oferecendo seus títulos, mas os investidores mantêm-se retraídos, preferindo as aplicações mais curtas. O aumento da alíquota do Imposto de Renda sobre os rendimentos com as aplicações de curtíssimo prazo no mercado aberto, que entrou em vigor nesta segunda-feira, neste primeiro momento não está afetando o volume de recursos normalmente destinados para este segmento. Em especial as grandes empresas estão concentradas no "overnight", tendo abandonado, ainda que provisoriamente, as compras dos títulos prefixados de 90 dias, que sofreram severo impacto sobre a rentabilidade também com o aumento do IR na fonte.

A medida que as instituições não estão atendendo a uma expressiva demanda por crédito, as taxas estão mantendo-se estáveis, mas os profissionais de mercado não descartam uma inversão nos percentuais no início da segunda quinzena, quando tende a aumentar a procura por dinheiro. Ontem, os certificados de depósito bancário (CDB) prefixados e as letras de câmbio emitidas por conglomerados eram negociados entre 210 e 215% brutos ao ano para resgate em 90 dias.

Os prefixados — cuja remuneração embute a estimativa de correção monetária — com 180 dias eram cotados na faixa de 220 a 230% brutos ao ano no mercado interbancário. Apenas duas das quatro financeiras ligadas às indústrias automobilísticas estavam presentes ontem no mercado, cotando as letras de 180 dias em torno de 225% brutos ao ano. Para 90 dias não havia cotação. Duas dessas instituições ofereciam, também, letras com prazo de um ano pagando juros brutos de 210 a 220% ao ano.

No segmento dos pós-fixados — que rendem juros mais correção — as taxas estão estáveis. Ontem, bancos de grande porte pagavam entre 23,5 e 24,5% brutos ao ano para aplicações superiores a Cr\$ 100 milhões com resgate em 180 dias. Nas aplicações menores, feitas nas agências, as taxas oscilam de 19 a 22% ao ano.